

PROJETOS DE URBANIZAÇÃO EM VITÓRIA-ES: ASPECTOS DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE UMA METRÓPOLE MODERNA

Ana Lucy Oliveira Freire*

RESUMO:

Nosso trabalho, a seguir, procurou entender os aspectos que marcam o processo de produção do espaço urbano de Vitória no que diz respeito, especificamente, ao crescimento da periferia urbana que abriga classes de baixo poder aquisitivo/renda, cujo papel do governo municipal no processo tem sido fundamental. Em outras palavras, pretende-se compreender como vem ocorrendo, no momento atual, a expansão da cidade através do surgimento de novos bairros construídos por uma grande maioria de excluídos do acesso à propriedade privada ou que não podem pagar aluguel, áreas estas que passam por obras de urbanização, revertendo o quadro anterior do que se denomina degradação ambiental. Essa política reverte-se de grandes projetos a cargo do governo municipal, financiados pelo estado e por diversos organismos financeiros nacionais e internacionais, os quais almejam uma cidade moderna, adequada e competitiva para o capital e a economia globalizados.

PALAVRAS-CHAVE:

Cidade, espaço, urbanização, poder público, degradação ambiental.

ABSTRACT:

Our work to proceed tried to understand the aspects that mark the process of production of the urban space of Vitória in what it says respect, specifically, to the growth of the urban periphery that shelters classes of low power of income, whose the municipal government's paper in the process has been fundamental. In other words, it intends to understand how it is happening, in the current moment, the expansion of the city through the appearance of new neighborhoods built by a great majority of excluded of the access to the private property or that they cannot pay rent, areas these that go by urbanization works, reverting the picture previous of environmental degradation. They are treated of great projects under the responsibility of the municipal government, financed by the state and for several national and international financial organisms, which long for a city modern, appropriate and competitive for the capital and global economy.

KEY WORDS:

City, space, urbanization, public power, environmental degradation.

I- Introdução

Esse trabalho é parte integrante de um projeto maior que é entender o processo de produção do espaço urbano de Vitória-ES, incluindo nele pesquisas acerca de como vem se construindo a metrópole que se quer

moderna. No âmbito da pesquisa mais ampla, incluímos trabalhos tanto sobre a constituição da mancha urbana, isto é, da produção do espaço *strictu sensu*, assim como dos vários aspectos do urbano no plano da vida, da reprodução.

Interessa-nos mais de perto, nesse momento, entender os aspectos que marcam o

* Professora Adjunto do Departamento de Geografia. Centro de Ciências Humanas e Naturais- UFES.
E-mail: alucy.freire@bol.com.br.

processo de produção do espaço urbano de Vitória no que diz respeito, especificamente, ao crescimento da periferia¹ urbana que abriga classes de baixo poder aquisitivo/renda, cujo papel do governo municipal tem sido fundamental no processo de reprodução da metrópole. Em outras palavras, pretende-se entender como vem ocorrendo, no momento atual, a expansão da cidade através do surgimento de novos bairros construídos² por uma grande maioria de excluídos do acesso à propriedade privada ou que não podem pagar aluguel, áreas estas que passam por obras de urbanização que fazem parte de grandes projetos a cargo da prefeitura e financiado pelo estado e por diversas agências nacionais e internacionais¹

É preciso salientar que não se trata de discussões e análises evidenciando e questionando se as políticas implementadas pelo governo municipal são inclusivas e ampliam as possibilidades de cidadania, ou ainda de questionar possíveis projetos que tentam amenizar a situação degradante de grande parte da maioria da população que vive nas grandes cidades brasileiras, fruto de décadas de políticas econômicas excludentes. Pretende-se, sim, entender as contradições do estado que, por um lado, vem enfrentando o péssimo quadro social urbano instalado, e de outro, através de suas políticas públicas, em especial os projetos de urbanização estratégica, produz o espaço de modo que o capital possa usufruir dele.

Limitaremos-nos, aqui, a discutir a metrópole que se produz de modo desigual, cujo papel do poder público no processo, através de vários órgãos municipais e estaduais, tem enorme, para não dizer total participação e, neste caso específico que trataremos – que é o caso da cidade de Vitória-ES - não significa dizer que se trata de um estado “bom” ou “malvado”, mas que tem os seus interesses, tem suas estratégias e faz as suas defesas numa sociedade desigual.

No âmbito dessa discussão, é importante apontarmos o caminho do apoio teórico-metodológico que acreditamos ser possível para

entender a produção do espaço urbano, o que faremos no item 2.

O item 3 pretende fazer um resgate acerca dos aspectos que marcaram a grande transformação de Vitória, a partir dos anos 70, fruto do desenvolvimento industrial que proporcionou a mudança de uma cidade com pouco mais de 130 mil habitantes a um centro grande urbano na década de 90 (IBGE, 2000), além de ter se transformado no centro urbano de uma das mais recentes regiões metropolitanas do país, formada em 1995, hoje com quase 1.200 milhões de habitantes “recheada” do ditos “problemas urbanos”.

No item “A Cidade que se Produz Hoje: a constituição da nova periferia através de uma urbanização adequada” implementada pelo poder público, pretendemos analisar e entender como vem se dando a produção do espaço urbano na periferia de Vitória hoje, discussão que enfatiza o papel do governo municipal no processo via projetos enquanto parte de suas políticas públicas. Para tanto, optamos por um recorte espacial que se constitui por quatro bairros na região norte da cidade (atendidos por um destes projetos – o Projeto Terra), objeto de nossas observações e investigações de modo mais particularizado.

Por fim, no item 5 não concluindo as pesquisas, tecemos algumas considerações sobre o andamento e as tendências que envolvem as políticas do poder público municipal quanto aos projetos de urbanização de áreas na periferia de Vitória.

II - O Entendimento Acerca do Processo de Produção do Espaço Urbano.

O que responder diante da pergunta: o que significa, hoje, uma cidade moderna? Do ponto de vista do capital, da riqueza que circula e do mercado que rege tudo e a todos, trata-se da cidade sem barreiras e com muitas possibilidades de crescimento econômico.

Identificamos, nos últimos tempos, diversas manifestações do que significa a adequação, ou os ajustes dos governos das cidades às normas, valores, padrões, leis... ao

mercado globalizado. A inserção de cada cidade nesse novo momento da economia globalizada nos surpreende com mudanças sócio-espaciais, às vezes, profundas (ZUKIN, 2000, p. 108). As cidades passam por reestruturações, vestem-se de uma nova roupagem; nelas os espaços são domesticados, padronizados, homogeneizados, reconhecidos (até) pelos "de fora" Tudo isso para dar um *sentido global à cidade*², torná-la, acima de tudo, eficiente, produtiva, competitiva, posto que cumpre um papel nessa economia globalizada.

Nosso ponto de partida é pensar essa cidade adequando-se às forças da economia globalizada, objetivando oferecer e obter vantagens, na forma de abrigar, da melhor maneira possível, os capitais que chegam como investimentos/novos negócios, e exigem uma cidade nova, nobre, moderna, eficaz e elegante. Resulta disso: desigualdade, exclusão, segregação, degradação, desemprego, pobreza..., uma vez que se trata das contradições da dita globalização, dado relevante no entendimento sobre a problemática urbana atual.

O urbano - a sociedade urbana que se constitui - é um fenômeno complexo que exige reflexões de nós, geógrafos, para além da cidade, o espaço produzido na sua concretude, isto é, a realidade no que tange à sua dimensão espacial. Atingir e explicitar o entendimento desse fenômeno exige, antes de tudo, fôlego, para entender suas relações e o seu papel no atual estágio do capitalismo.

A realidade sócio-espacial que se nos apresenta no nível da paisagem urbana, em especial das nossas grandes cidades, é fortemente marcada pela desigualdade, fruto da relação entre dominantes e dominados no processo de produção do espaço (CARLOS, 1994; 2001). No caso do espaço urbano produzido (marcado pela segregação sócio-espacial) este se dá no âmbito da reprodução da vida, da existência mesma do homem, e a apropriação desse produto - o espaço - quando ocorre, depende da condição e da posição que esse indivíduo ocupa na sociedade. Segundo RODRIGUES (1991), o resultado é uma produção

diferenciada da cidade ou, conforme suas palavras, "*refere-se à capacidade diferente de pagar dos possíveis compradores, tanto pela casa/terreno, quanto pelos equipamentos e serviços coletivos.*"³

A cidade capitalista que se produz, hoje, não abre mão de uma massa de assalariados, como afirma SPOSITO (1988). Afinal de contas a cidade precisa concentrar todos os meios necessários, as melhores condições para melhor viabilizar o pleno desenvolvimento do capital, sobretudo hoje, em tempos de globalização (SANTOS, 1994). A ampliação da periferia da cidade que abriga a grande maioria das classes trabalhadoras é parte dessa condição, posto que esses indivíduos precisam morar em algum lugar. Os "problemas" que se manifestam desse crescimento urbano é sabido e sintetizado por muitos como "crise urbana", muito bem entendida e desvendada por SOUZA (2000).

Em nome da proteção do meio ambiente/da natureza, o estado e o capital, enquanto os seus protetores continuam produzindo o espaço urbano, principalmente nas grandes cidades, dentro da lógica do mercado, agora, também, se utilizando dos discursos ecológicos/ambientalistas, estes advogando a busca pela qualidade de vida, parte do processo de reprodução. Percebe-se, portanto, que as denominadas questões ambientais estão na ordem do dia e envolve a todos. Como bem trata SEABRA (2003, P. 309), "*o ambientalismo se pôs como prática que perpassa a vida social de cima a baixo. Em seu nome são formuladas políticas de Estado visando alocação de investimentos públicos em políticas educacionais, em turismo, como em quaisquer outras esferas da vida social*" O caso da cidade de Vitória não escapa a esse processo, no que tange às estratégias de ocupação e o uso do solo urbano - bastante exíguo nesse caso - sob rígido controle do poder público e dos capitais.

III- Transformações Econômicas e Crescimento Urbano de Vitória-ES a partir dos Anos 70.

A realidade urbana atual de Vitória tem seu entendimento baseado nas mudanças do desenvolvimento econômico do estado, especialmente no decorrer do grande surto industrial, a partir da década de 70. O aumento do número de favelas em morros e as inúmeras moradias sobre palafitas em áreas de mangue, passaram a ser a alternativa de levas de migrantes atraídos pelas oportunidades de emprego nos novos projetos industriais concentrados na capital, centro do grande aglomerado metropolitano.

A economia do estado do Espírito Santo passou por grandes transformações a partir da década de 60, mas tais mudanças foram mais compreensíveis e perceptíveis nos anos 70 com a modernização da denominada periferia do sudeste brasileiro (SIQUEIRA, 2001).

A economia cafeeira, até então, era o alicerce da base primário-exportadora dos capixabas, garantindo a dinâmica estadual. A partir dos anos 70, perante uma nova lógica econômica mundial, impondo um novo padrão de acumulação capitalista, o estado se viu obrigado a diversificar sua economia, em especial intensificando o processo de industrialização, condição que o integrou à economia nacional e, depois, mundial (ROCHA & MORANDI, 1991).

As vantagens do complexo urbano-portuário concentrado, a princípio, em Vitória, atraíu, entre 1975-1985, diversos projetos industriais que viam nesse complexo oportunidades para alavancar setores tais como a siderurgia, metalurgia, química, extrativa mineral (pelotização de minério de ferro e exploração do mármore e granito), papel e celulose, madeira e mobiliário, construção civil, material de transporte e outros, tornando hegemônico a atuação da grande indústria nas transformações econômicas do estado. Diga-se de passagem, indústria enormemente apoiada (leia-se financiada) pelo capital público através, por exemplo, pela atuação do BANDES Banco

de Desenvolvimento do Espírito Santo (PEREIRA, 1998).

O crescimento industrial concentrado na região da Grande Vitória consolidou, também, o maior aglomerado populacional do estado que, segundo SIQUEIRA (2001), *"cresceu a uma taxa de 7,0 a.a nos anos 70 [...] o que nos leva a confirmar o processo acelerado de metropolização da região, processo inerente ao novo modelo econômico adotado pelo estado"*⁴

A rápida expansão industrial, e com ela a urbanização acelerada, motivou o crescimento dos serviços necessários à atuação do grande capital industrial. Supermercados, *shopping-centers*, lojas de departamento, escritórios dos mais diversos, transportes, bancos, serviços do comércio em geral, hotelaria, construtoras/imóveis comerciais e residenciais, equipamentos de lazer/diversão, etc., são exemplos que articularam o crescimento econômico industrial, a dinâmica do setor terciário e o crescimento das cidades que, hoje, compõem a grande Vitória que, conforme ROCHA & MORANDI (1991) *"esta região detinha em 1950 apenas 11,6% da população estadual, sendo 74,6% de população urbana. Em 1985 ela passou a concentrar o expressivo percentual de 39,6% da população estadual e a taxa de urbanização atingiu 99%"*⁵

É importante revelar que a cidade de Vitória, o *core* da Região Metropolitana atual, ainda nos anos 70, duplicou sua população com migrantes oriundos do interior do estado e de estados vizinhos (em torno de 45%); na década seguinte, o total de migrantes sobre a população total chegara a quase 60%⁶, atraídos pelo crescimento industrial e os setores de serviços. Essa realidade continuou por toda a década de 80, período em que, para muitos estudiosos da região, desestruturou e mudou a fisionomia de Vitória, a capital, dotada de melhores condições (de moradia, de oportunidades de trabalho, de infra-estrutura) para abrigar o significativo contingente de novos trabalhadores vindos de outros lugares, especialmente do interior do estado, do estado da Bahia, do estado de Minas Gerais e do estado do Rio de Janeiro.

Não houve a esperada absorção desses contingentes de trabalhadores pelos novos setores dinâmicos da economia local, sobretudo por se tratar de mão-de-obra pouco ou nada qualificada. Estavam, assim, eliminadas quaisquer possibilidades de melhores condições de vida para a maioria dos que migraram para Vitória. Por outro lado, realizou-se a lógica da disponibilidade de uma massa de trabalhadores baratos para atender o capital quando necessário.

Evidenciou-se, rapidamente, um grande crescimento urbano "desordenado" na Grande Vitória. As desigualdades sócio-espaciais se multiplicaram fruto do quadro de pobreza que se ampliou dia-a-dia. A manifestação espacial urbana clara desse processo foi o surgimento de inúmeras e novas favelas, ocupações de morros e do manguezal existente no entorno da ilha⁷

SIQUEIRA (2001), nos dá uma boa idéia desse quadro de degradação sócio-espacial. Nas suas palavras:

"A maioria das aglomerações de favelados da Grande Vitória até 1980 sobrevivia em condições subumanas, em locais sem qualquer tipo de assistência à saúde, onde casas, em boa parte, não possuíam água encanada, luz elétrica ou sistema de esgoto. Essas casas, normalmente barracos de madeira, construídos nos depósitos de lixo, nos morros, ou fincados à beira do mangue, como palafitas, expressavam a própria miséria da população"⁸

IV - A Cidade que se Produz Hoje: a constituição da periferia em Vitória através de uma "urbanização adequada" ou o fim da "paisagem degradada"

A cidade de Vitória, pólo central da Região Metropolitana é, também, o menor município dessa região, além de ser toda limitada ao crescimento da sua mancha urbana. Trata-se de uma ilha de 81 km² que já não tem mais para onde crescer horizontalmente; sua extensão

territorial já foi, inclusive, ampliada com os constantes aterros transformados em solo urbano ao longo dos últimos 100 anos, avançando, portanto, pelo mar, sobretudo ao longo da baía de Vitória, um dos seus limites naturais, ao sul e leste. Um outro limite natural à expansão é o que resta de significativo do manguezal que margeia a baía de Vitória, nas regiões oeste, noroeste e norte da ilha (ver figura 1).

A ilha encontra-se dividida fisicamente por um maciço central que se alonga de norte a sul, transformado, em grande parte, em parque urbano/reserva municipal - o Parque da Fonte Grande (ver figura 1). De um lado do maciço concentra-se grande parte da cidade edificada/verticalizada, voltada para a baía e para o mar, a leste e sul, áreas cujas possibilidades de crescimento já se esgotaram. Lá estão localizados o centro principal, as novas centralidades, os bairros que abrigam as classes de médio e alto poder aquisitivo e alguns poucos bairros que abrigam as classes de baixo poder aquisitivo de Vitória. Também se esgotaram as possibilidades de criar solo urbano, isto é, os aterros que tinham que ser feitos, já o foram. Restou o outro lado, a outra parte da baía e as áreas, a oeste, noroeste e norte, onde parte do manguezal (ainda) se impõe e resiste às ocupações, ditas desordenadas.

O contingente de excluídos da moradia aumenta dia-a-dia nessas ocupações ampliando as áreas residenciais, fazendo surgir bairros, processo que chama a atenção dos governantes, os quais, dependendo dos interesses, removem essa população de imediato, às vezes usando a força, prometendo-lhes soluções de reassentamento em momento posterior, ou implementam políticas objetivando, no final das contas, integrar essas áreas à cidade, a exemplo do Projeto Terra (ver figura/mapa 3).

A ocupação de áreas de mangue a oeste e noroeste da ilha, na Baía de Vitória, a ponto de transformar-se em enormes bairros compoendo a denominada região Grande São Padro (I, II e III) tem a sua história marcada pela resistência

daqueles que precisavam de um lugar para morar. Teve início nos anos 70 e cresceu à medida que levadas de migrantes chegavam à Vitória, atraídos pela industrialização. A moradia sobre palafitas passou a ser a alternativa de habitação e de sobrevivência para muitos, não apenas porque do manguezal retirava-se o alimento para consumo e para comercializar, mas pelo fato de que essas áreas foram transformadas em lixões da Prefeitura. Ou seja, o lixo que servia de aterro (solo compacto), permitindo erguer barracos também oferecia possibilidades de sobrevivência, em condições de extrema ausência de humanidade. Os lixões deram lugar

a usinas de tratamento e de reciclagem de lixo e aos poucos as inúmeras famílias ocupantes foram conquistando o direito de morar.

Até o final da década de 80, centenas de famílias ainda viviam nessas áreas em condições precárias na esperança que a Prefeitura urbanizasse os aterros de lixo e o mangue ocupado. Em 1989 as primeiras ações governamentais tiveram início e, com elas, as políticas de ocupação e uso do solo (PMV, 1996). Passados mais de 20 anos, o fim dessas políticas ainda está longe de acontecer, posto que as ocupações ainda persistem, embora no âmbito dos

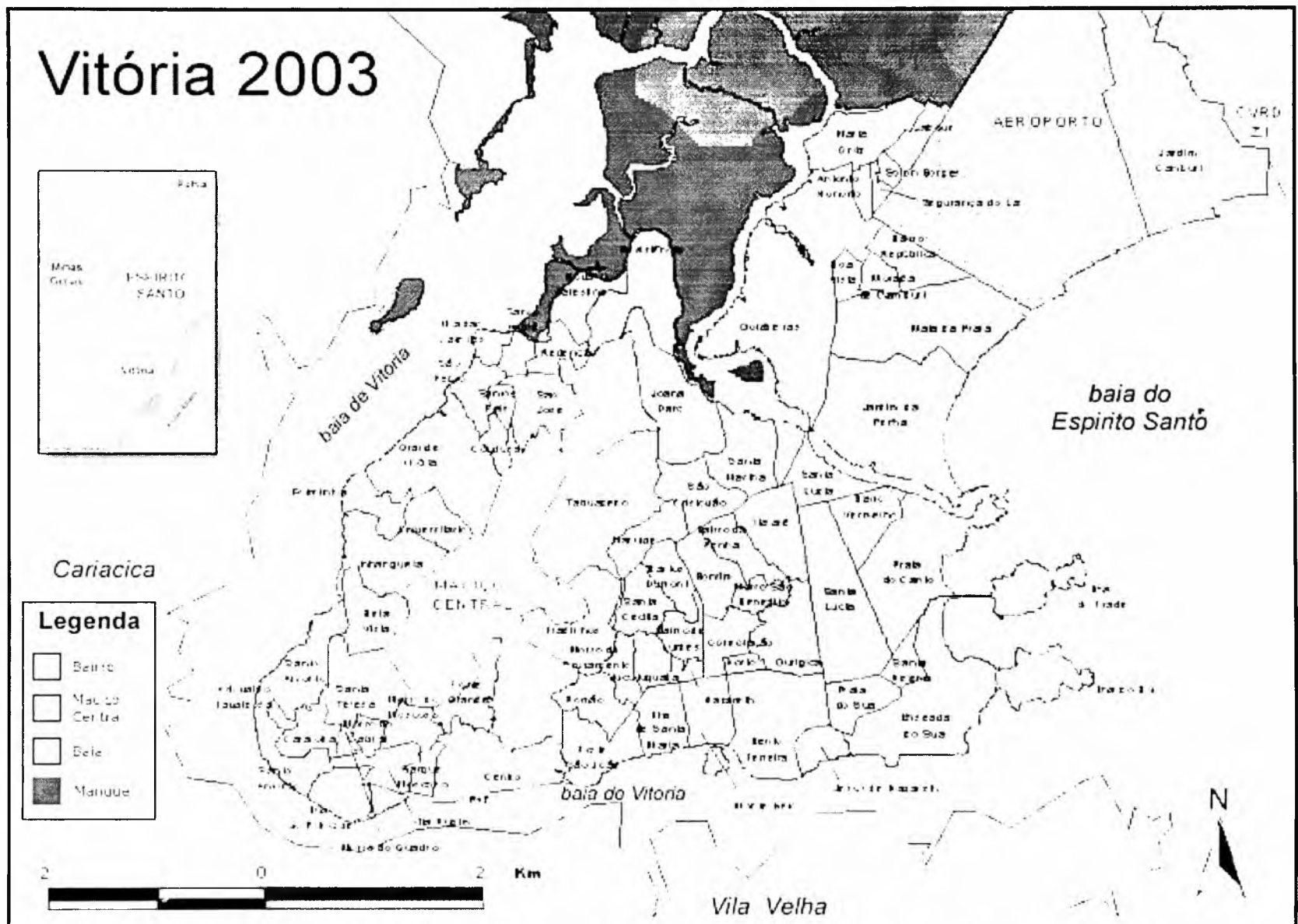


Figura 1: mapa da cidade de Vitória, destacando-se a localização dos bairros, a baía de Vitória, as áreas de mangue e o maciço central.

objetivos a serem alcançados pelo poder público, a delimitação do manguezal pelos órgãos ambientais tenha sido prioritário, o que dificulta processos de ocupação.

Junto às áreas de mangue, ao norte da cidade, vêm se consolidando novos bairros, dentre

os quais destacamos o Andorinhas, o Santa Marta (e dentro deste o Mangue Seco, área em vias de ser transformada em bairro), o Joana D'Arc e o Resistência, objetos de nossas primeiras investigações empíricas (ver figura/mapa 2). Sobre

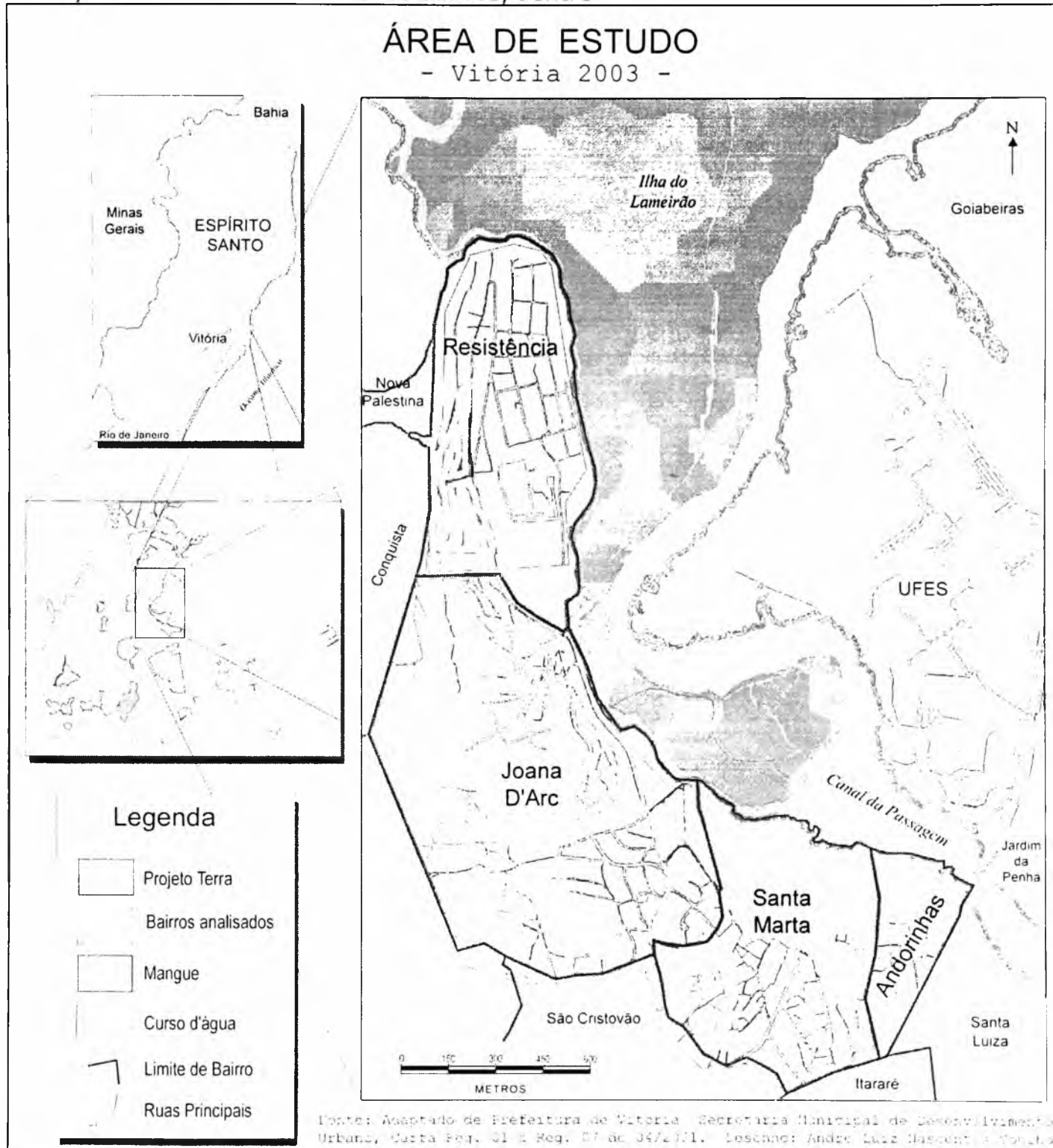


Figura 2: mapa da área de estudo/investigação, destacando os bairros Resistência, Joana D'Arc, Santa Marta e Andorinhas, ao norte da cidade de Vitória.

o manguezal aterrado algumas moradias ainda são toleradas, posto que o estado não atende à enorme demanda residencial dos trabalhadores, assim como é tolerada a degradação ambiental. Desse modo, confirma-se a regra da ocupação juntamente com o aterramento de ecossistemas litorâneos frágeis na grande maioria das cidades brasileiras, onde a efetiva legislação de proteção ambiental parece não existir. Em outras palavras, trata-se da relação direta entre moradia pobre e degradação ambiental por absoluta falta de alternativa para as classes de baixa renda. (MARICATO, 2001).

A história dos bairros que escolhemos para os estudos empíricos não é diferente do que já vinha ocorrendo nas áreas a oeste da baía de Vitória, especialmente em São Pedro I e II. Trata-se de um prolongamento do processo de ocupação. Conversando com moradores nos bairros Andorinhas, Joana D'Arc e Santa Marta, estes dizem que desde 1983 lutam pela urbanização e pela legalização dos lotes/casas pela Prefeitura. Passados 20 anos, a grande maioria dos becos e ruas estão calçados, nas ruas principais circulam ônibus, no bairro existe pelo menos uma escola municipal de ensino fundamental. No entanto, as obras de saneamento deixam a desejar, e o processo de regularização fundiária se arrasta lentamente. Em geral, os moradores estão satisfeitos com a moradia, sobretudo pela localização dentro da cidade, justificando que os gastos com transportes são bem menores se comparado com a situação daqueles que habitam os bairros distantes nos municípios que compõem a Grande Vitória (Serra, Cariacica, Vila Velha e Viana), e gastam horas em deslocamentos. Perguntados acerca das preocupações no que tange à moradia, muitos alegam que o aumento das despesas que vêm junto com a regularização do lote (tarifas e impostos) é motivo de pensar no futuro.

É importante assinalar que, ao longo de pelo menos 25 anos de políticas públicas municipais voltadas para a moradia das classes trabalhadoras de baixo poder aquisitivo, o discurso da preservação do manguezal⁹ se faz presente nos projetos do poder público em Vitória. É o caso

do Projeto Terra. É contraditório e requer questionamento tal discurso posto que entre as metas estabelecidas pelo governo municipal é prioritária a geração de emprego e renda, especialmente quando se observa que a sobrevivência e a renda dos que vivem no (e do) mangue, muitas vezes, é oriunda da exploração do manguezal (pescadores, catadores de caranguejo e siri, etc.), isto é, é do mangue que é retirada a matéria-prima que sustenta, inclusive, cooperativas e fábricas de alimentos no interior dos bairros, apoiadas financeiramente pela prefeitura. Acreditamos que as comunidades que habitam esses lugares tidos como "insalubres" são as mais interessadas na preservação desses ecossistemas que garantem o sustento das famílias que ali residem.

O Projeto Terra (Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental), da Prefeitura Municipal de Vitória, existe com essa denominação desde 1997, e se transformou na "menina dos olhos" do governo municipal atual, projeto que vem ganhando diversos prêmios nacionais e internacionais na categoria de política urbana local que dá certo. É composto de 11 poligonais (ver figura 3), que são áreas-foco de atuação do projeto, localizados principalmente nas porções noroeste e norte de Vitória (PMV, 1996).

Evidentemente, não podemos abstrair os pontos positivos do Projeto Terra e de outros que fazem parte das políticas do município. Além do mérito de ter uma continuidade independente da mudança de administração municipal, de fato, vem proporcionando melhores condições de vida às centenas de famílias vivendo em condições subumanas. Contudo, os méritos de tais políticas não eximem o poder público das suas contradições enquanto agente da produção do espaço urbano.

O Projeto Terra, como tantos outros implementados em várias cidades brasileiras nos últimos anos, é parte da macro política econômica nacional visando uma melhor inserção dessas cidades em tempos de economia globalizada. Ou seja, vislumbra-se tornar esses centros urbanos mais competitivos, o que não ocorre com a "agudização dos níveis de pobreza

inserção dessas cidades em tempos de economia globalizada. Ou seja, vislumbra-se tornar esses centros urbanos mais competitivos, o que não ocorre com a "agudização" dos níveis de pobreza e de um ambiente degradante. É

preciso, se não reverter esse quadro, pelo menos amenizá-lo. Segundo BITOUN (2001) estudando Recife-PE, "é preciso criar ambientes produtivos propícios à conquista e manutenção de níveis elevados de competitividade [...] proporcionar

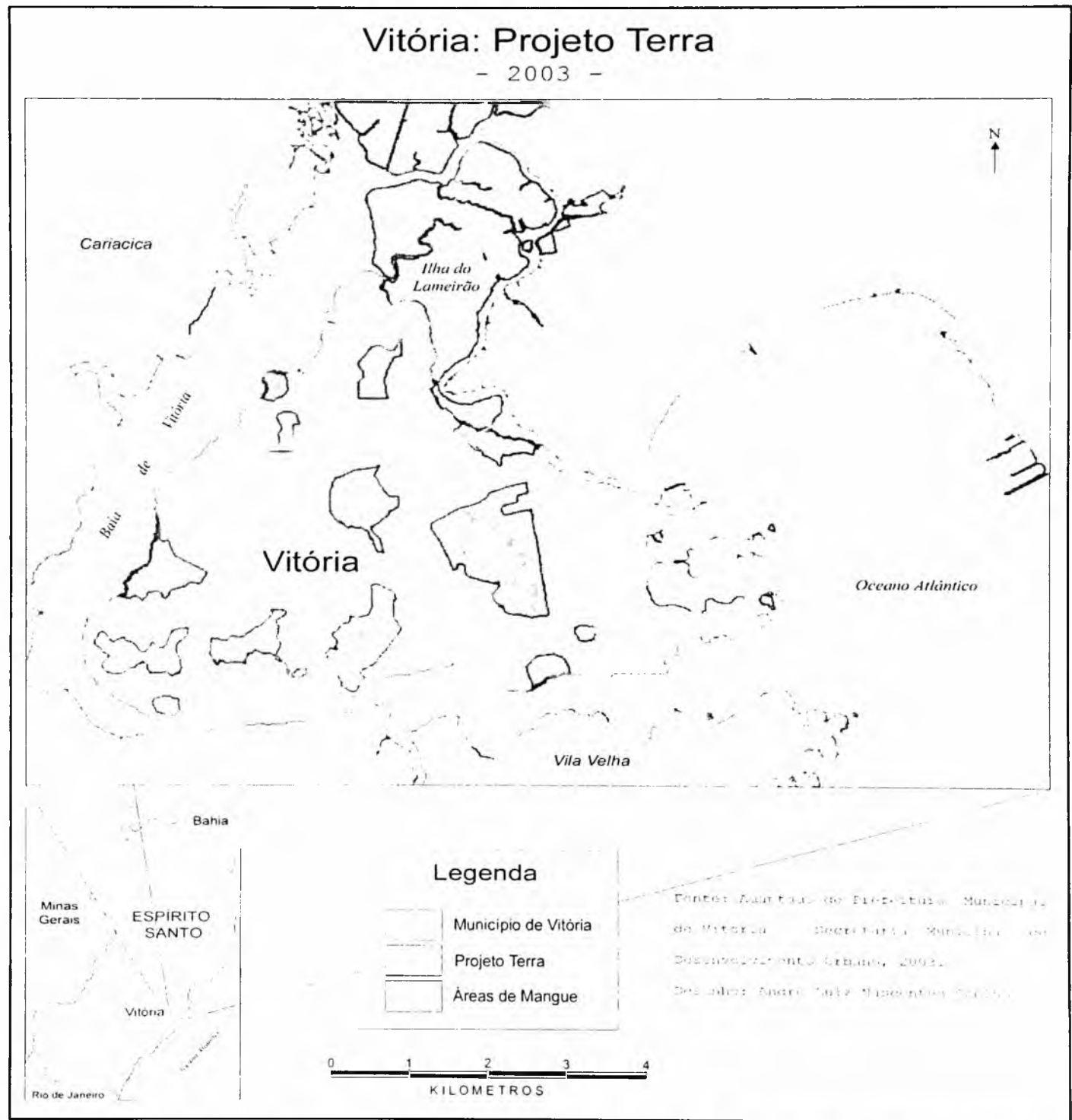


Figura 3: mapa de atuação do Projeto Terra, em Vitória, destacando-se as 11 poligonais/áreas de urbanização e implantação de equipamentos urbanos coletivos

estratégias de uso e ocupação do solo urbano, planos de urbanização e de dotação infra-estrutural, conservação de áreas como patrimônio ambiental e cultural, etc.

As políticas públicas para Vitória, sobretudo as implementadas pelo governo municipal, concentram-se na promoção de uma "urbanização adequada", aqui entendido como obras de infra-estrutura em geral e construção de equipamentos coletivos urbanos: construção de calçadas, muros de contenção, redes de esgoto, estação de tratamento de esgotos, redes de drenagem, iluminação pública, escadarias, pavimentação de ruas e becos, módulos sanitários, mirantes, píer em madeira, construção de casas de alvenaria, micro praças, etc. (PMV, 2003, mimeo).

O processo vem ocorrendo desde o final da década de 70 em Vitória, e se tornou mais significativo nos anos 80 tendo continuidade até os dias atuais na forma de projetos mais concretos e amplos integrando várias secretarias municipais, instituições estaduais e órgãos de outras instâncias do poder público (PMV, 1996)¹¹ As obras, embora visando, de um lado, a melhoria das condições habitacionais de áreas, bairros e regiões inteiras, de outro, efetiva a estratégia do embelezamento; a transformação do cenário; a melhoria paisagística da cidade-ilha, proporcionando o potencial turístico¹² dessas áreas que contornam Vitória.

Contando cada vez mais com infra-estrutura básica, serviços e condições de moradia, a expectativa do poder público é que essas áreas-alvo das políticas de urbanização adequada, tornem-se os objetivos do governo municipal no que tange ao Projeto Terra e outros que tenham claro a necessidade de "operações cirúrgicas" na cidade que se pretende moderna, eficiente e, sobretudo, competitiva para atrair investimentos. Em outras palavras, segundo o projeto, as áreas, os bairros, as regiões que apresentam índices de qualidade de vida muito baixo, a exemplo dos bairros construídos em cima do mangue,

precisam reverter o quadro de precariedade, o que significa:

"que sejam economicamente viáveis" [...] "incorporem a população com competitividade ao mercado" [...] "que esses espaços clandestinos sejam integrados à cidade legal" faz parte de um novo modelo de gestão da cidade, com metodologia adequada de participação e integração e de uso racional de recursos financeiros, com vontade política e determinação na promoção de um desenvolvimento sustentado" (Projeto Terra, 2003, mimeo; material de publicidade da Prefeitura de Vitória, 2001, 2002, e 2003).

V - Considerações Finais

Tem continuidade a veiculação pela mídia¹³ de propagandas acerca do sucesso de projetos de urbanização idealizadas e implementadas pelo governo municipal em (e para) Vitória, a exemplo do Projeto Terra, cuja análise que fazemos é a de que o processo seguirá em frente, em novas fases, a partir de novos financiamentos.

Observando e pesquisando nas áreas escolhidas para esse momento, não é difícil comprovar os esforços públicos: o aterro de partes do manguezal, a implantação de orlas que, a princípio, pretendem circular toda a ilha, a construção de minúsculas moradias para os ocupantes dos bairros, a eliminação de qualquer forma de habitação não condizente com os projetos pensados para acabar com as "paisagens degradantes", etc., são parte da adequação da cidade às "normas" de eficiência e de modernidade necessárias à dinâmica do capital.

Conforme já assinalado no trabalho, reconhecemos que esse tipo de política pública proporcionou algumas melhorias na vida de muitas famílias das áreas que apresentavam péssimas condições de vida, tais como: retirada da moradia de cima de áreas alagadas, em alguns casos implantação do processo de legalização fundiária, construção de casas em alvenaria, construção de pelo menos uma escola

e um centro de saúde municipal, coleta de lixo em alguns casos, pavimentação de ruas e becos em alguns casos, construção de acessos às casas, etc. Tudo isso não significa o fim dos “problemas”, como às vezes é passada a idéia de projetos de urbanização que solucionam tudo para os moradores da periferia precária.

Aliada a essa transformação que viabiliza uma melhoria nas condições mínimas de sobrevivência, percebemos mudanças na paisagem, as quais sustentam as intenções das políticas de urbanização visando cenários *cleans*, aptos a compor a imagem e o potencial turístico da cidade-ilha.

Nossas apreensões, no entanto, dizem respeito à real e concreta sustentabilidade de uma realidade que vem sendo produzida pelo poder público, realidade esta diferente daquela experimentada pelos moradores das áreas denominadas “de risco”

Vale salientar que a impressão que temos é que o discurso do risco de cunho ambiental (insalubridade, doenças, miséria, cenários desoladores, etc.) dá lugar ao risco social, de fato; da exclusão e do não acesso às formas de trabalho e de subsistência e, quem sabe, até da moradia, no momento em que não houver condições do morador da área urbanizada sustentar a valorização do solo urbano à medida que o processo de produção do espaço urbano tem continuidade seguindo uma lógica desigual do acesso à propriedade privada, neste caso específico

incorporando, cada vez mais, esses novos espaços no mundo do denominado mercado imobiliário regido por suas próprias regras e leis.

Está claro o que ocorre nas “entrelinhas” desses projetos: uma grande pressão pela transformação de algo não mercantil em espaço da racionalidade econômica, com a diferença de que se incorpora as idéias e os discursos da proteção ambiental e da sustentabilidade sócio-econômica (das populações-alvo, das comunidades, dos moradores, das coletividades, etc.). Afinal, está posto nos discursos dos organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial, que tais projetos precisam pensar e incluir nas políticas (saídas e práticas) que possibilitem renda para as comunidades envolvidas.

De tudo isso, compreende-se que a cidade pensada para o crescimento econômico, através de planos e projetos de desenvolvimento urbano (leia-se urbanização), acima de tudo, é uma cidade funcional; a cidade do (e para) o capital. Nela não há lugar para sentimentos, emoções, espaço da vida, das práticas espaciais. Enfim, a cidade, essa cidade que tentamos entender, não é o lugar para a vida; é obra do homem, porém sendo obra do homem parece sobrepor-se ao próprio homem, afirma H. LEFEBVRE (1978).

Notas

- ¹ Periferia é entendida aqui não enquanto lugar distante, mas como as áreas, os bairros, os territórios que abrigam as classes sociais de menor poder aquisitivo; o lugar da moradia dos trabalhadores de baixa renda.
- ² Construídos posto que, primeiro ocupados de qualquer forma, depois edificados via auto-construção e, finalmente dotados de mínima infraestrutura pelos governos municipais.
- ³ Constatamos, nos documentos que compõem a implantação e o desenvolvimento do Projeto Terra, da Prefeitura Municipal de Vitória-ES, que parte do financiamento dessa urbanização é oriundo,

principalmente, do BNDES e do Banco Mundial, além da participação dos cofres do município.

- ⁴ Termo usado por Doreen Massey (2000), o qual se traduz no processo de globalização econômica e cultural, em dar um sentido global ao lugar e cria uma consciência global do lugar, e este ganha identidades múltiplas, através de suas ligações espaciais com o mundo.
- ⁵ Arlete M. Rodrigues. *Moradia nas Cidades Brasileiras*, p. 12.
- ⁶ Maria da Penha S. Siqueira. *Industrialização e Empobrecimento Urbano. O Caso da Grande Vitória 1950-1980*, p. 138.

- ⁷ Haroldo C. Rocha & Ângela Maria Morandi. *Cafeicultura e Grande Indústria. Transição no Espírito Santo 1955-1985*, p. 138.
- ⁸ FIGBE – Censos Demográficos do Espírito Santo, 1970 e 1980.
- ⁹ Em Vitória, os ditos “assentamentos subnormais” se localizavam nos morros, baixadas e mangues, somando um total de 32 comunidades/bairros da periferia, abrigando quase 98.000 “carentes”, segundo Diagnóstico do Instituto Jones dos Santos Neves, 1987.
- ¹⁰ Maria da Penha S. Siqueira, Op. Cit., p. 153.
- ¹¹ A Estação Ecológica Municipal da Ilha do Lameirão, localizada ao norte da baía de Vitória, tem 893 hectares de manguezal, e corresponde a 10% do território municipal. Trata-se de um ecossistema bastante preservado, e que, portanto, garante o sustento e renda para muitos pescadores, moradores dos bairros encostados ao manguezal.
- ¹² Jan Bitoun. “A Contribuição dos Planos Estratégicos na gestão municipal: modernização do discurso, seletividade ou aprimoramento das práticas?”. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.), 2001, p. 300.
- ¹³ Com o nome de Projeto São Pedro, a primeira etapa deu-se entre 1977-1988; a segunda etapa entre 1989-1992; a terceira etapa entre 1993-1996 e; a quarta etapa, com a denominação de Projeto Terra, teve início em 1997.
- ¹⁴ Algumas áreas que passaram pela etapa de urbanização e embelezamento nos últimos anos já mostram o retorno enquanto pontos de grande potencial turístico, a exemplo de “pedaços” da orla do bairro Santo Antonio com seus equipamentos de lazer e do bairro São Pedro, no ponto denominado Ilha das Caieiras, os quais atraem visitantes/turistas com os seus bares, restaurantes oferecendo os pratos típicos feitos pelas desfiadeiras de siri.
- ¹⁵ Com o título “Fim de Palafitas está mais Próximo”, saiu uma matéria no Jornal A Gazeta, do dia 14/12/2003, anunciando e reforçando as políticas do poder público local para eliminar a moradia sob áreas de mangue. Ao longo da matéria os moradores do bairro Joana D’Arc, em seus depoimentos, mostravam-se contentes em receber uma casa melhor, em alvenaria, num conjunto habitacional próximo da área ocupada, porém alguns se mostravam preocupados com a dívida que eles estavam contraindo, isto é, ao comprar a casa, a ser paga em 15 anos, em prestações que variam conforme a renda da família.

Bibliografia

- ACSELRAD, H. “Sentidos da Sustentabilidade Urbana” In: ACSELRAD, Henri (Org.). *A Duração das Cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- BITOUN, J. “A Contribuição dos Planos Estratégicos na Gestão Municipal: modernidade do discurso, seletividade ou aprimoramento das práticas?” IN: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). *Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas*. Presidente Prudente/SP: GASPERR/Unesp, 2001.
- CARLOS, Ana F. A. *A (Re)Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.
- LEFEBVRE, H. *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Ediciones Península, 1978.
- MARICATO, E. “Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente” In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Orgs.). *O Desafio da Sustentabilidade. Um debate socioambiental no Brasil* São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1996.
- MASSEY, D. “Um Sentido Global do Lugar” In: ARANTES, Antonio (Org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas-SP: Papirus, 2000.
- PEREIRA, G. H. *Política Industrial e Localização de Investimentos e o caso do Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998.
- Prefeitura Municipal de Vitória. “Desenvolvimento Urbano Integrado e Preservação do Manguezal em Vitória” In: BONDUKI, Nabil G. (Org.). *HABITAT: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e questão urbana nas cidades*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

_____. *Plano Estratégico da Cidade*. Relatório de Balanço, 1997/2000. (mimeo).

_____. Coordenadoria de Planejamento. *Projeto Terra*. Vitória, junho/2003 (mimeo).

ROCHA, H. C. & MORANDI, A.M. *Cafeicultura e Grande Indústria. Transição no Espírito Santo 1955-1985*. Vitória: Ed. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

RODRIGUES, A. M. *Moradia nas Cidades Brasileiras*. São Paulo: Ed. contexto, 1991.

_____. "Produção do Espaço e Ambiente Urbano" IN: SPOSITO, M. E. B. (Org.) *Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas*. Presidente Prudente/SP: GASPERR/Unesp, 2001.

SANTOS, M. *Por Uma Economia Política da Cidade*. São Paulo: Ed. Hucitec/EDUC, 1994.

SEABRA, Odete C. de L. "Os Embates Entre as Questões Ambientais e Sociais no Urbano" In: CARLOS, Ana F & LEMOS, Amália I. G. (Orgs.). *Dilemas Urbano. Novas Abordagens Sobre a Cidade*. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

SIQUEIRA, M. da Penha S. *Industrialização e Empobrecimento Urbano. O Caso da Grande Vitória 1950-1980*. Vitória-ES: Edufes/CCHN Publicações, 2001.

SOARES, A. P. M. "Projeto São Pedro. A participação da população local e a ação integrada entre várias secretarias favorecem projetos que buscam restaurar a qualidade de vida em regiões degradadas pela ocupação desordenada e irregular" In: PAULICS, Veronika (Org.). *125 Dicas-Idéias para a Ação Municipal*. São Paulo, Revista Pólis, 2000.

SOUZA, M. L. de. *O Desafio Metropolitano. Um Estudo sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2000.

ZUKIN, S. "Paisagens do Século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano" In: ARANTES, Antonio (Org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas-SP: Ed. Papyrus, 2000.

Trabalho enviado em dezembro de 2003.

Trabalho aceito em abril de 2004.

